

Teoria e Prática Decolonial: uma guia de leitura

Lina Magalhães

Apresento aqui a resenha de um livro que considero fundamental para a compreensão do gênero como perspectiva e categoria analítica nos estudos decoloniais. Apesar de sua importância acadêmica e de quase uma década da publicação da primeira edição, em 2013, o texto só foi traduzido para o português e publicado no Brasil em 2021.¹ A falta de ressonância desse trabalho no Brasil surpreende principalmente pela marcada trajetória da autora no país. Rita Laura Segato, antropóloga argentina, foi professora por 36 anos na Universidade de Brasília e atualmente é professora emérita pela mesma instituição.

Além do mais, as contribuições de Segato desbordam as fronteiras da academia. A antropóloga exerceu funções importantes durante o processo de reconstrução democrática pós Constituição de 1988, colaborando com a Coordenação das Mulheres Indígenas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na divulgação da Lei Maria da Penha sobre violência doméstica; com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados sobre o Projeto de Lei sobre a prática de “infanticídio indígena”; com as políticas públicas de Brasília contra o assédio sexual e os crimes de feminicídio; e com a construção do projeto de cotas raciais nas universidades brasileiras.

¹ O livro foi traduzido por Danú Gontijo e Danielli Jatobá, e publicado pela editora Bazar do Tempo. Para esta resenha, se utiliza a primeira edição do livro, no idioma espanhol.

E é justamente a vasta experiência da autora, situada geopoliticamente em Abya Yala², o combustível dessa obra, a matéria-prima de sua construção teórica, o que a converte em um exercício decolonial. Ao caminhar pelo seu livro, vamos compreendendo a teia complexa da colonialidade, entrelaçada pelo gênero e pela raça como marcadores fundamentais da desigualdade social. A partir desse reflexionar situado e corporificado – decolonial, finalmente –, a autora propõe o que considero uma das principais contribuições desse texto: uma “antropologia por demanda”. Segundo Segato (2013), a antropologia por demanda é

uma antropologia supeditada à demanda dos que anteriormente haviam sido objeto de nossa observação; uma antropologia atenta e interpelada pelo o que esses sujeitos nos solicitam como conhecimento válido que possa servi-lhes para acessar a um maior bem-estar, a recursos e, principalmente, à compreensão de seus próprios problemas (SEGATO, 2013, p. 13. Tradução própria).

Ao mesmo tempo em que o/a antropólogo/a oferece a sua “caixa de ferramentas” a povos e comunidades, seus antigos “objetos” de estudo, a antropologia se transforma também em uma prática disciplinar “litigante”, a serviço da luta pela justiça social (SEGATO, 2013, p. 11). Já na introdução, a autora nos adverte que o livro é constituído pelo cruzamento de duas posturas teórico-políticas: a perspectiva crítica da colonialidade do poder – elaborada inicialmente pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano –, e a antropologia por demanda, prática disciplinar proposta pela autora neste livro (SEGATO, 2013, p. 11).

² Nome cunhado pelos indígenas Kuna do Panamá à territorialidade que posteriormente vem a ser colonizada como América.

Em linhas gerais, o texto situa o gênero no debate entre as principais reflexões decoloniais e apresenta a própria versão de Segato sobre a “colonialidade de gênero” (LUGONES, 2007). Para a antropóloga, as relações de gênero e a sexualidade das comunidades indígenas e tribais em Abya Yala não foram apenas dimensões da vida social transformadas pela invasão colonial, como também foram as dimensões política, econômica, cognitiva, subjetiva, estética, moral, entre tantas outras. O gênero, ademais, se constitui como categoria privilegiada para a compreensão do domínio colonial, ao mesmo tempo em que ferramenta para subverter a reprodução contínua da colonialidade.

Logo na introdução, Segato apresenta a sua própria teoria sobre a colonialidade de gênero, que acompanhará todas as suas reflexões posteriores. Essa teoria, divergente da defendida por María Lugones (2007) e Oyèrónkẹ Oyewumi (1997), sustenta a existência prévia da categoria de gênero e de um patriarcado comunitário pré-colonial (“patriarcado de baixa intensidade”), que se transforma e se intensifica através do encontro com o patriarcado moderno-colonial, ao que chama de “patriarcado de alta intensidade”

Portanto, contrariamente ao que afirmaram outras autoras também críticas da colonialidade (LUGONES, 2007; OYEWUMI, 1997, entre outras), o gênero parece existir em sociedades pré-coloniais, mas o faz de uma forma diferente que na modernidade. Como tenho argumentado aqui, quando essa colonial modernidade se aproxima do gênero da aldeia, o modifica perigosamente, intervém na sua estrutura de relações, as captura e as reorganiza desde dentro, mantendo a aparência de continuidade, porém, transformando os sentidos (SEGATO, 2013, p. 133. Tradução própria).

Assim, a misoginia, o feminicídio e outras táticas de “guerra” contra os corpos femininos e feminizados são novos dispositivos oriundos da

transformação das relações de gênero e sexualidade: “a crueldade e o desamparo das mulheres aumentam à medida que a modernidade e o mercado se expandem e anexam novas regiões” (SEGATO, 2013, p. 72).

Em suas incursões etnográficas, Segato reconhece que também no mundo-aldeia existiam acordos nos moldes dos “contratos sexuais” de Carole Pateman. Entretanto, aqueles eram expostos, enquanto os contratos sexuais da colonial-modernidade são velados, disfarçados de uma forma generalista de “contrato cidadão” (SEGATO, 2013, p. 84). Assim, apesar da divisão genérica do trabalho e do espaço geográfico no mundo aldeia é, no entanto, a partir do encontro colonial que o espaço doméstico, historicamente ocupado pelo o que o Ocidente compreende por “mulher”, é esvaziado de sua politicidade. Simultaneamente, o espaço público, domínio histórico do que também se concebe como gênero masculino, é inflado:

Com o avanço da frente “branco” e a captura dos gêneros, assim como de outras hierarquias, pela estrutura binária da modernidade *criolla*, a posição masculina se inflaciona e se torna absoluta, e o seu espaço, o espaço público, se transforma em uma esfera que desenraiza (no sentido de Polanyi para a economia), sequestra e monopoliza a política, restando para o espaço doméstico nuclearizado a posição de resíduo despojado de politicidade, privatizado e predicado como “íntimo”. Trata-se de uma mutação que pretende transformar o homem e a mulher indígenas em homens e mulheres modernos, estrutura esta, a da modernidade *criolla*, que lhes atribui valores e significados modificados, e que exacerbam a hierarquia patriarcal já existente no mundo tribal (SEGATO, 2013, p. 21. Tradução própria).

Uma vez identificados estes que considero os pontos centrais do texto, gostaria de realizar um breve sobrevoo por seus capítulos. Cada um dos oito capítulos representa trabalhos e reflexões publicados previamente pela autora e que tiveram a possibilidade de ser revisitados para a organização deste livro.

Estrategicamente, o primeiro capítulo estabelece uma espécie de genealogia do pensamento decolonial, a partir do diálogo com o trabalho de Aníbal Quijano. Este capítulo é chave pois apresenta a gramática e as bases fundantes do pensamento decolonial, com os quais a autora dialogará nos capítulos posteriores. A Perspectiva da Colonialidade do Poder elaborada por Quijano desde o final da década de oitenta – e seguida por colegas como Wallerstein e Mignolo, por exemplo –, compõe a escassa lista de teorias latino-americanas reconhecidas pelo Norte global (SEGATO, 2013, p. 36).³ Esta perspectiva provoca uma mudança de paradigma nas Ciências Sociais internacionais “ao considerar a colonialidade e a invenção da raça como pré-condição indispensável para compreender a ordem mundial moderna” (SEGATO, 2013, pp. 39-40).

Para Quijano, a “raça” – como hierarquização de uma suposta diferença biológica – foi construída como estratégia da dominação colonial, e a Conquista foi o elemento fundante do que hoje conhecemos por Europa, Modernidade e Capitalismo (SEGATO, 2013, pp. 36, 44). Quijano, assim, inverte a ordem histórica, trazendo para o centro o que estava nas margens: “A criação desta entidade geosocial, América, foi o ato constitutivo do moderno sistema mundial” (SEGATO, 2013, p. 45).

A grande contribuição do pensamento de Quijano se concentra na percepção de que as relações coloniais não terminaram com a independência do controle político-militar das metrópoles europeias. Ao contrário, o pacto colonial foi herdado e reproduzido pelas nascentes repúblicas latino-

³ Junto a ela, se encontram a Teologia da Liberação, a Pedagogia do Oprimido e a Teoria da Dependência (SEGATO, 2013, p. 11).

americanas, principalmente através da gestão política (“colonialidade do poder”), da distorção do sentido e do conhecimento (“colonialidade do saber”), das relações de gênero e sexualidade (“colonialidade de gênero”), e da subjetividade (“colonialidade do ser”). A elite *criolla* latino-americana foi e continua sendo o principal agente conservador desta relação moderno-colonial. Da mesma forma que a modernidade foi “inventada” pela colonização, foi e continua sendo mantida pela colonialidade. Portanto, modernidade e colonialidade constituem as duas caras da mesma moeda.

Isso explica a histórica e bastante atual “relação de exterioridade” dos Estados latino-americanos para com o seu povo (SEGATO, 2013, pp. 18, 19). A noção de “exterioridade” nasce no bojo da reflexão decolonial e se constituiu em uma das dimensões mais importantes do pensamento de Quijano:

a colonial/modernidade não é outra coisa que uma pedagogia da exterioridade [...] exterioridade da racionalidade científica, exterioridade administradora, exterioridade expurgadora do outro e da diferença (SEGATO, 2013, p. 52).

Mas nem tudo está perdido. Quijano visualiza um horizonte possível de ruptura da colonialidade através do que chama de “retorno ao futuro”, isto é, da retomada dos projetos históricos interrompidos pela invasão colonial (SEGATO, 2013, p. 19). É necessário, portanto, realizar um giro descolonial como “subversão epistêmica do poder, que é também teórica/ética/estética/política” (SEGATO, 2013, p. 57):

O giro descolonial não é outra coisa que o giro no reposicionamento do sujeito em um novo plano histórico, emergente de uma releitura do passado, que reconfigura o presente e tem como projeto uma produção democrática de uma sociedade democrática.

Para Quijano, este “giro descolonial” já está em marcha, como podemos verificar no fortalecimento dos movimentos indígenas em toda a região, principalmente a partir dos anos noventa. Vale destacar que as (re) existências dos projetos históricos em andamento antes da invasão colonial impedem que a colonialidade seja total. Isso se reflete na convergência de diversos projetos econômicos (de produção) e de vida na América Latina, resultando nessa grande heterogeneidade que nos conforma (SEGATO, 2013, p. 46).

Assim como a noção de raça, Quijano entende que as relações de gênero e de sexualidade foram transformadas pelo colonialismo e pela colonialidade. Segato debruça mais detalhadamente sobre a colonialidade de gênero no segundo e terceiro capítulos, a partir da reflexão sobre o cruzamento entre colonialidade e patriarcado (SEGATO, 2013, p. 69). Em primeiro lugar, a autora defende que os diversos elementos que compõe a colonialidade, entre eles o gênero, devem ser analisados de forma articulada (SEGATO, 2013, p. 21). Ademais, o gênero não é um “tema particular”, senão uma dimensão que atravessa todas as camadas da vida social

Proponho, portanto, ler a interface entre o mundo pré-intrusão e a colonial modernidade a partir das transformações do sistema de gênero. Isto é, não se trata meramente de introduzir o gênero como um entre os demais temas da crítica descolonial ou como um dos aspectos da dominação no padrão da colonialidade, senão de dar-lhe um real estatuto teórico e epistêmico ao examiná-lo como categoria central capaz de iluminar todos os outros aspectos da transformação imposta à vida das comunidades ao ser captadas pela nova ordem colonial moderna (SEGATO, 2013, pp. 80-81. Tradução própria).

Segato (2013, p. 22) estende a compreensão de Quijano da raça como “biologização da desigualdade” à compreensão do gênero como “biologização da hierarquia”:

Resultam [gênero e raça], portanto, da biologização da ordem hierárquica já existente na ordem pré-colonial e pré-estatal precedente, porém, sem esta dimensão substantivada [...] é precisamente pela ausência de biologização das hierarquias na ordem pré-colonial que os trânsitos, travestismos e a comutabilidade de posições são possíveis (SEGATO, 2013, p. 22. Tradução própria).

Para a antropóloga, é a partir do encontro colonial que o mundo dual – marcado pela multiplicidade de formas de existência – se transforma em um mundo binário. Nesse novo mundo, não existe complementariedade, mas sim oposição. Cria-se um “outro”, diferente e oposto ao “um”. O outro passa por um processo de biologização, essencialização e, finalmente, inferiorização (SEGATO, 2013, p. 22). Essa binaridade se reflete na nova configuração que assumem os espaços públicos e privados, que passam de complementares a suplementares e hiper hierarquizados, a partir do “sequestro de toda política” do espaço doméstico (SEGATO, 2013, p. 87). A privatização e despolitização do espaço doméstico expõe as mulheres a uma maior vulnerabilização à violência masculina (SEGATO, 2013, p. 87).

Também a transformação no campo sexual se constituiu em outro “eixo de rotação para a mutação de um mundo em outro” (SEGATO, 2013, p. 101). A experiência sexual se transforma em “mal moral” (SEGATO, 2013, p. 21), a partir da introdução de uma moralidade antes desconhecida sobre a sexualidade, a partir da objetificação do corpo feminino e da “forclusão” da noção de pecado (SEGATO, 2013, p. 86). É a partir da intervenção colonial que o olhar erótico sobre o corpo e a sexualidade se transforma em “olhar pornográfico”, em relação a sua posição de exterioridade e de captura/dominação (SEGATO, 2013, p. 22).

Com a transformação do dualismo, como variante do múltiplo, em binarismo do “Um” – universal, canônico, “neutro” – e seu outro – resto, sobra, anomalia,

margem – passam a enclausurar-se os trânsitos, a disponibilidade para a circulação entre as posições que passam a ser todas colonizadas pela lógica binária. O gênero se engessa, à maneira ocidental, na matriz heterossexual, e passam a ser necessários os Direitos de proteção contra a homofobia e as políticas de promoção da igualdade e a liberdade sexual [...] (SEGATO, 2013, p. 93. Tradução própria).

Este último parágrafo traz outro argumento importante da reflexão de Segato, a partir da vinculação entre colonialidade e direitos humanos. Nos capítulos que seguem, a autora analisa a discussão sobre a aprovação no Congresso Nacional brasileiro do projeto de lei que criminaliza o infanticídio indígena (Projeto de Lei nº 1057 de 2007); o projeto de cotas raciais na educação superior brasileira e o encarceramento massivo da juventude negra no Brasil. Essas temáticas dialogam com as reflexões sobre o papel do Direito no combate à violência contra as mulheres, abordada nos capítulos precedentes. Com base na sua experiência concreta, Segato (2013) sustenta que o aparato legislativo nacional reproduz o colonialismo centrado no racismo e nas desigualdades de gênero, principalmente contra os povos indígenas e afro-brasileiros e, muito especialmente contra as mulheres desses grupos sociais. No entanto, essa colonialidade se esconde atrás do discurso de “igualdade” promovido pelos direitos humanos, e traduzido em políticas públicas.

Segundo a autora, o Estado entrega com uma mão o que já retirou com a outra: “entrega uma lei que defende as mulheres da violência a que estão expostas porque já rompeu as instituições tradicionais e a trama comunitária que as protegia” (SEGATO, 2013, p. 73). Entrega igualmente leis de proteção à infância indígena, a partir da criminalização da sua comunidade e da sua história, capturando e distorcendo os significados da jurisdição comunitária

(SEGATO, 2013, p. 124): “[...] finalmente o que estamos fazendo é remediando os males que a modernidade já introduziu com soluções também modernas” (SEGATO, 2013, p. 96). Por outro lado, a autora defende a construção de um Estado restituidor, a partir da “devolução da prática da justiça aos povos e comunidades” (SEGATO, 2013, p. 139). Propõe, finalmente, a inversão da máxima dos direitos humanos: da lógica do “diferentes, porém iguais” em “desiguais, porém distintos” (SEGATO, 2013, p. 135).

Nos últimos capítulos, Segato ressalta a dificuldade de falar sobre raça e racismo na América Latina, trazendo à discussão temáticas tão atuais como a do trabalho de cuidados desempenhado pela mulher negra e o encarceramento sistemático da juventude negra: “Trata-se de uma forclusão, de um desconhecimento simultâneo do materno e do racial, do negro e da mãe” (SEGATO, 2013, p. 198); “ A forclusão da raça encarnada na mãe é fundamentalmente isso: o acatamento da modernidade colonial como sintoma” (SEGATO, 2013, p. 202), e:

[...] a racialização das pessoas encarceradas encontra-se tão naturalizada que as agências e os organismos públicos não se precaviam da necessidade de nomear esse fato e adjudica-lhe categorias que permitam a sua medição e a sua inscrição no discurso (SEGATO, 2013, p. 217).

Para a autora, a forclusão da raça é parte de um projeto de mestiçagem genocida, reprodutor da colonialidade. Propõe, por sua vez, a construção de um outro tipo de mestiçagem, de uma mestiçagem contra hegemônica, centrada em

desmascarar a persistência da colônia e enfrentar-se ao significado político da raça como princípio capaz de desestabilizar a colonialidade. Perceber a raça do continente, nomeá-la, é uma estratégia de luta essencial no caminho da descolonização (SEGATO, 2013, p. 217).

Como alimento às nossas utopias, Segato coincide com Quijano em que esse novo projeto de mestiçagem já está em marcha nas distintas geografias de nosso continente.

Referências

LUGONES, María. “Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System”. *Hypatia*, v. 22, n.1, pp. 186-194, 2007.

OYEWUMI, Oyeronke. *The Invention of Women. Making na African Sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino desde el feminismo comunitário*. La Paz: CEDEC e Mujeres Creando Comunidad, 2010.

SEGATO, Rita. *La crítica a la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.